

# Freire e o Pensamento Educacional Brasileiro

*Rosane Wandscheer Bortolini*<sup>1</sup>

**RESUMO:** Ao falarmos em educação brasileira é indispensável lembrar do grande pensador e educador brasileiro Paulo Freire. Freire vivenciou um período histórico muito crítico, no qual a opressão social se apresentava de forma contundente, e é com base em suas vivências e experiências que ele desenvolve todas as suas contribuições para a educação, numa perspectiva de mudança daquela realidade. Entender o pensamento freireano e suas contribuições para a educação é ater-se aos acontecimentos históricos vividos naquele período e compreender que a opressão pode se apresentar de diferentes formas. É localizar-se no tempo e no espaço. Este artigo traz um pouco da trajetória de vida de Freire, com o intuito de melhor compreender seus pensamentos para a educação, demonstrando que a opressão pode existir em qualquer classe social ou período histórico e que é por meio da educação libertadora que o humano deixa de ser oprimido e/ou opressor.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação, Paulo Freire, realidade social.

**ÁREA:** Educação

---

<sup>1</sup> Mestre em Educação pela PUCPR, docente da UNIAMÉRICA, Foz do Iguaçu, PR, Brasil, wrose\_@hotmail.com

## INTRODUÇÃO

Paulo Reglus Neves Freire, pensador brasileiro, demonstrou seu compromisso de educador frente às várias situações vividas, pensou a vida, a existência e a educação como um conjunto, um elo, pelo qual conseguiria transformar a realidade opressora da época.

Nesse sentido, verificou se que, em seus escritos, denunciou a exclusão social, as diferentes formas de opressão, demonstra sua indignação com as injustiças, questionou as políticas educacionais e a própria pedagogia, expressou de várias formas seu encantamento com a vida e com a liberdade e seu desencantamento com a opressão e a injustiça.

Apaixonado pela vida e pelas grandes questões humanas, procurou, em sua essência, a humanização da História, apesar das decepções com o capitalismo globalizado, que colaborou para acentuar ainda mais os problemas da humanidade, como as desigualdades sociais, a fome, a exclusão social, o desemprego, os problemas ambientais, entre outras chagas sociais.

Por isso tudo, F. Weffort pode escrever que:

"Paulo Freire é um pensador comprometido com a vida: não pensa idéias, pensa a existência. É também educador: existência seu pensamento numa pedagogia em que o esforço totalizador da práxis humana busca, na interioridade desta, retotalizar-se como prática da liberdade." (FREIRE, 2005, p. 7)

Para compreender o pensamento libertário e libertador de Paulo Freire, suas influências e colaborações, é preciso, como Gadotti, contextualizá-lo filosófica e historicamente.

## 1. FREIRE E O PENSAMENTO EDUCACIONAL BRASILEIRO

“O pensamento de Paulo Freire – a sua teoria do conhecimento – deve ser entendido no contexto em que surgiu – o Nordeste brasileiro – onde no início da década de 1960, metade de seus 30 milhões de habitantes viviam na ‘cultura do silêncio’, como ele dizia, isto é, eram analfabetos. Era preciso ‘dar-lhes palavras’ para que ‘transitassem’ para a participação na construção de um Brasil que fosse dono de seu próprio destino e que superasse o colonialismo.” (GADOTTI, 1996, p. 70)

Pelo método de alfabetização de adultos, fundamentado num processo educacional no qual a educação partiria da realidade do educando, Paulo Freire ficou conhecido mundialmente. Para trabalhar o método de alfabetização dito de Paulo Freire, era preciso, antes, compreender o contexto social, e ensinar a partir de palavras que o educando conhecia no seu cotidiano.

Paulo Freire entendia o alto índice de analfabetismo que caracterizava as regiões rurais miseráveis não apenas como parte de uma síndrome de pobreza e atraso, mas também como uma condição em que as elites se beneficiariam mantendo o povo em um estado de ignorância e, desta forma, podiam exercer seu domínio sobre ele.

Paulo Freire foi um educador brasileiro, nordestino, que jamais perdeu contato com suas raízes. Nascido em 19 de setembro 1921, em Recife, logo após a Primeira Grande Guerra mundial, passou por dificuldades econômicas, não tendo muitas vezes o que comer, fato que prejudicou também seus estudos.

Filho caçula de uma família de quatro filhos, foi alfabetizado por seus pais debaixo das mangueiras da casa em que vivia, onde escrevia com gravetos as primeiras palavras. Assim se expressa Gadotti sobre as condições materiais precárias da formação de Paulo Freire:

“Paulo Freire aprendeu a ler com os pais, à sombra das árvores do quintal da casa onde nasceu. Sua alfabetização partiu de suas próprias palavras, palavras de sua infância, palavras de sua prática como criança, de sua experiência, e não da experiência dos pais, fato que influenciaria seu trabalho anos depois. Seu giz, nessa época, eram os gravetos da mangueira em cuja sombra aprendia a ler, e seu quadro negro era o chão. A informação e a formação se davam num espaço informal, antecedendo e preparando-o para o período escolar.” (GADOTTI, 2004, p. 20)

Começou a desenvolver grande interesse pela língua pátria na adolescência e, com 21 anos, já era professor de língua portuguesa no Colégio onde estudou, o Oswaldo Cruz.

Paulo Freire estudou ciências jurídicas na Faculdade de Direito do Recife, com 22 anos de idade. Aos 23 anos, casou-se com a professora primária Elza Maia Costa Oliveira, com a qual teve cinco filhos: Maria Madalena, Maria Cristina, Maria de Fátima, Joaquim e Lutgardes.

No ano de 1947, foi contratado para dirigir o setor de educação e cultura do SESI, onde entrou em contato com operários e com a alfabetização de adultos. Em 1958, no Congresso Educacional do Rio de Janeiro, Freire apresentou um trabalho direcionado à educação e aos princípios de alfabetização de adultos, defendendo a idéia de que a educação de adultos deve estar diretamente relacionada com a realidade vivida pelo trabalhador. Dessa forma, o adulto deve conhecer sua realidade para poder inserir-se de forma crítica e atuante na vida social e política.

Para Gadotti, (1996: p. 34), Freire “teve suas primeiras experiências como professor de nível superior lecionando Filosofia da Educação na Escola de Serviço Social a qual, posteriormente, foi incorporada à então Universidade do Recife.”

Nesse período, Freire sonhava em exercer a profissão de advogado, mas ao ser contratado por um credor para efetuar uma cobrança de dívida, percebeu que o devedor era um dentista e pai de família e que estava em situação difícil porque havia contraído a dívida ao comprar equipamentos para exercer sua profissão

pensando no sustento da família. Nesse momento Paulo Freire recordou suas dificuldades de infância e optou por desistir, portanto, na primeira ocasião, dessa profissão. Não tolerou fazer justiça em favor de alguns injustificando muitos.

Foi após essa experiência em advocacia que Freire, com a ajuda da esposa, Elza, começou a trabalhar com educação; desenvolveram um trabalho de alfabetização de adultos, dispensando cartilhas e valorizando a realidade, a discussão da natureza e da cultura, à semelhança do que sugeria Rousseau, no Emílio. Souza, ao descrever os métodos utilizados por Freire, destaca que estes induziam o educando a se reconhecer como construtor de sua própria história:

“Essa discussão por sua vez levava os educandos a perceberem que também faziam cultura. Percebiam, por meio de seu próprio universo vocabular, que eram sujeitos de sua história, e que, portanto faziam história. Por sua vez ninguém faz história sem ter consciência de sua ação sobre ela. Daí, o que mais tarde ele chamaria de conscientização. A alfabetização, a educação, tornava-se um ato, uma atitude eminentemente política.” (SOUZA, 2001, p. 332).

O cargo de Secretário de Educação do Estado de Pernambuco lhe deu a possibilidade de conhecer o estado de penúria intelectual, econômica e social no qual vivia a maior parte da população do Estado, em particular a população das maiores cidades da Região. Os dados estatísticos de 1956 mostram que a situação, em especial a situação da educação, era realmente chocante: em uma população de vinte milhões de pessoas, dezesseis milhões eram constituídos de analfabetos.

Com o desenvolvimento industrial no Brasil, no início dos anos de 1960, surge a necessidade de uma reflexão intelectual que desse conta da formação dos futuros operários.

O impulso do processo de industrialização do país se deu graças à associação do capital do governo com o capital de empresários nacionais e transnacionais, efetuando uma transformação na sociedade. Essa transformação levaria as pessoas a pensarem na própria vida e no futuro, pois as revoluções

industriais engendram sociedades inéditas nas quais as inovações tecnológicas e as novas concepções de gestão e de organização do trabalho provocam novas formas de vida comunitária.

A industrialização no Brasil, durante a segunda metade da década de 1950, em particular, nas regiões Sul e Sudeste, exigiu um novo tipo de homem. Era importante modelar um homem capaz de ler e de decifrar os códigos da nova cultura que se impunha. Era necessário que o novo homem soubesse ao menos compreender a nova linguagem dessa forma moderna que o modo de produção capitalista introduzia no país.

Com a crise no campo, na segunda metade dos anos 1950, os trabalhadores rurais passando por dificuldades econômicas, sociais, intelectuais e sob opressão dos patrões, foram atraídos para as cidades num movimento migratório, pois acreditavam que, nos centros urbanos, poderiam ter uma vida melhor. Porém, o movimento migratório foi o responsável pela superpopulação das cidades, formando agrupamentos humanos sem planejamento, invasões e favelas.

A partir deste contexto histórico, nascia a necessidade de um homem que decifrasse os códigos linguísticos, ou seja, o homem alfabetizado e pronto para participar da revolução industrial com sua força de trabalho.

Segundo Aranha (1996, p. 203), surge no contexto industrial a ampliação da oferta da escolarização. De 1936 a 1951 o número de escolas primárias dobrou e o de secundárias quase quadruplicou, ainda que essa expansão não seja homogênea, tendo se concentrado nas regiões urbanas dos Estados mais desenvolvidos economicamente.

Paulo Freire, no começo de 1964, foi convidado pelo presidente João Goulart e pelo Secretário da Educação, Paulo de Tarso Santos, para coordenar o Programa Nacional de Alfabetização com seu método de alfabetização de adultos.

O convite foi feito graças ao sucesso de alfabetização de adultos que ocorreu no Rio Grande do Norte, mais especificamente em Angicos, onde 300 trabalhadores rurais se alfabetizaram em 45 dias. Assim descrevem Freire e Nogueira as razões políticas do aparente sucesso daquele novo modo de realizar a prática pedagógica voltada para os desfavorecidos:

“Educação popular ganha uma força maior por várias razões. Comento algumas: penso naquele estilo de fazer política que era próprio do populismo. Nesse estilo de fazer política as massas e os movimentos populares ‘aparecem’; coloquei entre aspas ‘aparecem’, e nós sabemos porque: os grupos e os movimentos populares estavam em cena de forma tutelada e vigiada. No entanto, havia muita gente que trabalhava muito a sério essa participação de movimentos ou grupos populares; houve quem levasse a sério um país onde fosse possível e importante a participação de movimentos populares organizados. Surgiu uma compreensão sobre movimentos de classes populares. Não estou afirmando que isso se deu ‘graças’ ao populismo. Não. Estou dizendo que o contexto e aquela maneira de fazer política permitiram que tomassem corpo preocupações desse gênero. Alguns grupos populares produziram os seus intelectuais e fizeram possível uma concepção ‘orientada’ de educação.” (FREIRE e NOGUEIRA, 1989, p. 16)

Com o Golpe militar de abril de 1964, Paulo Freire foi preso por 72 dias em condições desumanas e seu método de alfabetização foi considerado uma ameaça à “ordem”.

Depois de solto, sob a ameaça de ser preso novamente, exilou-se na embaixada da Bolívia.

Viajou para aquele país deixando sua família no Brasil. Um mês e meio na Bolívia e ocorria também um Golpe de Estado, obrigando Freire a viajar para o Chile, país democrático, no qual já se encontravam muitos brasileiros exilados.

Paulo Freire viveu no Chile de 1965 a 1969. Nesse período, escreveu as obras que iriam projetá-lo internacionalmente. Foi, assim, convidado a trabalhar como professor na Universidade de Harvard, nos Estados Unidos, onde publicou, em inglês, sua

principal obra, *Pedagogia do Oprimido*, lançada em 1969. Nela, Paulo Freire delinea sua teoria pedagógica e detalha seu método de alfabetização de adultos.

De 1973 a 1980, Freire viveu na Suíça com sua família. Diretor do Departamento de Educação do Conselho Mundial de Igrejas, viajou pelo mundo, passando a ser conhecido mundialmente. Suas viagens o levaram, em especial, ao Continente Africano onde desenvolveu seu trabalho de alfabetização em vários países recém saídos da colonização.

No ano de 1980, após a Lei da Anistia, retornou ao Brasil. Trabalhou na PUC e na UNICAMP, nas cidades de São Paulo e Campinas. Recebeu muitas premiações, entre elas a de Doutor Honoris Causa de várias universidades, em todo o mundo.

Durante a gestão de Luiza Erundina na Prefeitura de São Paulo, exerceu o cargo de Secretário Municipal da Educação, de 1990 a 1991, procurando desenvolver projetos educativos que refletissem o seu pensamento sobre a importância da educação conscientizadora para a libertação do oprimido.

Em 1991 afastou-se do cargo por problemas de saúde, no entanto, publicou várias obras até a data de seu falecimento. Morreu de infarto, na cidade de São Paulo, no dia 2 de maio de 1997.

Freire fez a opção de se engajar em favor dos humildes, dos excluídos da sociedade capitalista, dos analfabetos, enfim, do povo. Para ele, é fundamental que a educação torne possível aos oprimidos (excluídos, analfabetos, etc.) “pronunciar” o mundo e “anunciar” um mundo melhor para si mesmos e para os outros homens (FREIRE, 2002).

Assim, Freire define sua pedagogia:

"...A pedagogia que defendemos, e que concerne a uma importante área do Terceiro Mundo, também é uma pedagogia utópica. Devido a este fato, está cheia de esperança, já que ser utópica não significa que seja idealista ou impraticável, mas sim que está comprometida em uma constante denúncia e anunciação. Nossa pedagogia não tem sentido sem uma visão do homem e do mundo. Formula uma concepção científica e humanista que encontra sua expressão em uma práxis dialogal na qual professores e alunos juntos, no ato de analisar uma realidade desumana, a denunciam, anunciando ao mesmo tempo sua transformação, em nome da libertação do homem." (FREIRE, 2005, p. 91)

Paulo Freire, ao criar e desenvolver um método revolucionário de alfabetização de adultos, baseou-se no existir de homens e mulheres num esforço totalizador da práxis humana. Ele pensou numa educação que libertasse o ser humano da alienação à qual é submetido, em particular no contexto educacional, dando-lhe dignidade e projetando-o acima das amarras das contingências humanas, como diz Gadotti:

"O convite de Freire ao alfabetizar o adulto, é inicialmente, para que ele se veja enquanto homem ou mulher vivendo e produzindo em determinada sociedade. Convida o analfabeto a sair da apatia e do conformismo de 'demitido' da vida em que quase sempre se encontra e desafia-o a apreender o conceito antropológico de cultura. O 'ser menos' das camadas populares é trabalhado para não ser entendido como designio divino ou sina, mas como determinação do contexto econômico-político-ideológico da sociedade em que vivem." (GADOTTI, 1996, p. 37)

Paulo Freire atribui grande importância à palavra, na medida em que a prática pedagógica é uma ação assentada fundamentalmente na palavra, a educação e a vida não podem aparecer separadas. Freire acreditava que ao aprender as palavras, com seu peso cultural e histórico, o educando construiria "uma consciência política capaz de ajudá-lo a sair da opressão". Para Freire, a conquista da história por aqueles que não têm o direito de se fazerem atores da sua história, passa pela conquista da palavra: "tem que ser dada a palavra aos miseráveis para que eles possam pronunciar o mundo" (FREIRE, 2005, p. 62), no sentido não

somente de dizer as coisas com convicção e ser capaz de anunciar o que eles pensam enquanto uma boa nova, mas também “pronunciar o mundo” no sentido de “transformá-lo e, transformando-o, torná-lo humano para a humanização de todos” (FREIRE, 2005, p. 62).

É na utilização de determinados termos “fortes” que o *educador da esperança* expressa seus ideais sociais. Ao referir-se à classe dominante utiliza a palavra *opressora*, ao referir-se à classe trabalhadora e não detentora do capital, utiliza a expressão *oprimido*. A dialética opressor/oprimido se torna síntese por intermédio do uso da palavra – da palavra que denuncia o presente e anuncia a esperança de um futuro mais humano, mais justo.

Por isso, Paulo Freire concebe a educação como comunicação, *diálogo*: encontro de sujeitos que buscam a razão dos acontecimentos (FREIRE, 2005, p. 77). Portanto, a educação é diálogo ou ela não é educação (MESQUIDA, 2005).

A prática pedagógica freireana denuncia a educação conservadora do *status quo*, bancária e acrítica e anuncia uma nova ação educativa capaz de formar um novo homem para uma nova sociedade.

A ação transformadora que começa pela conscientização do educando e se exterioriza em prática libertadora, passa a ser o não “conformismo” com a exclusão opressora, não admitindo mais “tomar a forma” da sociedade tal qual ela se apresenta, pois ele deseja partilhar com os outros a experiência de sentir que é possível construir um mundo novo e melhor. Por isso, Freire acredita que a educação pode ajudar a transformar o mundo e torná-lo mais humano (FREIRE, 1979).

Assim, Paulo Freire (2005) coloca a educação como um desses bens produzidos e necessários para concretizar a vocação humana de “ser mais”, dos quais é excluída grande parte da população.

Refere-se então a dois tipos de pedagogia (educação): a pedagogia da classe dominante, na qual a educação existe como prática da dominação, e a pedagogia do oprimido, que precisa ser realizada, por ele e com ele, na qual a educação surgiria como prática da liberdade.

É na luta pela humanização, pela desalienação, pela liberdade, no sentido do *eleuteros* grego, pela dignidade humana, afirmando homens e mulheres como pessoas, que Freire denuncia a humanidade roubada.

“Em sociedades cuja dinâmica estrutural conduz à dominação de consciências, a pedagogia dominante é a pedagogia das classes dominantes. Os métodos da opressão não podem, contraditoriamente, servir da libertação do oprimido. Nessas sociedades governadas pelos interesses de grupos, classes e nações dominantes, a educação como prática da liberdade postula necessariamente, uma pedagogia do oprimido.” (FREIRE, 2005, p. 7)

Para Freire (2005), a educação não pode ser um excelente instrumento de alienação de consciências, ao contrário, deve ser elaborada com o oprimido, numa luta em busca da recuperação da sua humanidade através da reflexão, necessária para o engajamento na luta pela libertação da situação de opressão. Como alienação da consciência a educação atua como meio de dominação. Neste sentido, age como uma ideologia que mascara a realidade.

“A ideologia não atua, pois, somente ao nível do discurso escrito ou falado mas também, e desde o momento da determinação daquilo que interessa estudar (aprender), da seleção dos objetos de estudo.

Ao leitor comum, os valores difundidos pelos textos escolares parecem conter verdades universais, conquistas universais da ciência. Mas uma análise ideológica e valorativa desses textos demonstra que as tais ‘verdades universais’ são as crenças que interessam às classes dominantes que sejam difundidas a todas as camadas sociais, para virem a construir seu modelo de comportamento.” (CUNHA, 1985, p. 25)

Se é importante que o oprimido disponha de uma consciência crítica de sua realidade opressora, é fundamental que ele se empenhe e se mobilize para modificá-la.

"A capacidade de nos amaciar que tem a ideologia nos faz às vezes mansamente aceitar que a globalização da economia é uma invenção dela mesma ou de um destino que não poderia se evitar, uma quase entidade metafísica e não um momento do desenvolvimento econômico submetido, com toda produção econômica capitalista, a uma certa orientação política ditada pelos interesses dos que detêm o poder. Fala-se, porém, em globalização da economia como um momento necessário da economia mundial a que, por isso mesmo, não é possível escapar (...). Uma das eficácias de sua ideologia fatalista é convencer os prejudicados das economias submetidas de que a realidade é assim mesmo, de que não há nada a fazer, mas seguir a ordem natural dos fatos. Pois é como algo natural ou quase natural que a ideologia neoliberal se esforça para os fazer entender a globalização e não como uma produção histórica". (FREIRE, 2004, p. 126-127)

A pedagogia do oprimido não pode ser elaborada por opressores, pois eles difundem o "fatalismo", o determinismo e, portanto, o conformismo, procurando fazer com que em sua experiência existencial, os oprimidos assumam uma postura que Paulo Freire caracteriza de "aderência" ao opressor. Nesse sentido, podemos afirmar que os oprimidos, nesse caso, desconhecem sua condição de oprimidos. Para eles, o novo homem são eles mesmos tornando-se opressores de outros. A sua visão do homem novo é uma visão individualista. Por isso, a "pedagogia do oprimido" precisa ser comunitária, coletiva.

A educação tal qual é desenvolvida nas sociedades capitalistas e o processo de humanização são apontados pela pedagogia freireana como duas concepções opostas: de um lado a concepção bancária da educação e, de outro lado, a concepção problematizadora da educação, respectivamente.

A concepção bancária é caracterizada pela educação burguesa, na qual o educador é aquele que pensa, detém o conhecimento, que diz a palavra, escolhe o conteúdo programático, tem autoridade, é por excelência o sujeito do processo e o

educando, por sua vez, jamais é ouvido, é aquele que desconhece que não pensa, que escuta docilmente, e se acomoda, deve sempre adaptar-se às determinações do educador, segue as escolhas e prescrições, é considerado mero objeto no processo de educação.

“Freire chama de educação bancária a educação como prática de dominação. Uma pedagogia do controle, da ausência do diálogo, da ausência da comunicação, do exercício da opressão. Esta se faz presente a partir do discurso e da ação de um dos sujeitos – o educador(a) – e enquanto tal torna-se verbalização, monólogo vazio de sentido e recheado de desrespeito ao outro que é tratado como objeto vazio a ser preenchido por conteúdo a ser escolhido pelo educador, pela educadora.

Nesta educação vazia de diálogo e de criticidade só há passividade e o condicionamento de ambos os sujeitos do processo: educandos condicionados a apenas ouvir passivamente e educadores condicionados a discursar sem estabelecer relações entre o conhecimento e a realidade concreta” (SOUZA, 2001: 90-92)

A educação bancária nega a dialogicidade, pois entende que os educandos são meros depositários de uma bagagem de conhecimentos que deve ser assimilada sem discussão. Tendo como objetivo manter a divisão entre os que sabem e os que não sabem, mistificam a realidade.

O educador, na concepção bancária da educação, está a serviço da manutenção do *status quo* e, portanto, da manutenção da opressão.

A educação promotora da libertação não é uma educação qualquer. Como vimos, Freire chama “bancária” a educação em que o professor “deposita” o saber na cabeça do “educando”, como alguém deposita dinheiro no banco. O educando tem o papel de escutar, obedecer e mostrar ao “mestre” que compreendeu os conteúdos ensinados, sendo o exame, a retomada do dinheiro depositado no banco. A relação mestre-aluno é vertical.

Para superar a educação bancária, Freire propõe o diálogo baseado no *logos* (a palavra) enquanto prática educativa. Com o diálogo, a relação não é mais entre um mestre e um aluno, mas entre pessoas que aprendem juntas, justamente porque o

“educando” não é uma *tabula rasa*, uma folha em branco, sobre a qual o mestre “imprime” o saber. O “educando” tem toda uma história de vida, de experiência, de prática que deve ser levada em conta. Abre-se, assim, o caminho para a colaboração e a síntese cultural e, portanto, para a libertação. De sujeito, pessoa submissa, o “educando” torna-se cidadão apto a governar, a indicar a direção, o caminho a seguir. Assim, a educação passa a ser libertadora (realiza a práxis: reflexão e ação) porque crítica da realidade (MESQUIDA, 2005, p. 7)

A educação problematizadora opõe-se à educação bancária, fundamentando a dialogicidade entre educador e educando, na qual ambos aprendem juntos num processo dialético, desmistificando a realidade ideologizada, pois, para Freire, seguindo Marx, as “idéias dominantes na sociedade capitalista são as idéias da classe dominante” (MARX & ENGELS, 1991, p. 38).

## CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

As contribuições de Paulo Freire vão muito além do que um simples método de alfabetização de adultos. A Pedagogia com base no pensamento freireano denuncia a educação conservadora gerada pelo capitalismo, uma educação bancária e acrítica e anuncia uma nova ação educativa capaz de formar um novo homem para uma nova sociedade.

Contudo, ter consciência da opressão, da exclusão, da discriminação, enfim de qualquer forma de desumanização, é ter consciência de si mesmo e do mundo, é saber qual é seu papel frente às situações e desafios que a sociedade coloca.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANHA, Maria Lucia de Arruda. **Historia da Educação**. 2ª ed. São Paulo: Editora Moderna, 1996.

COELHO, Teixeira. **O que é utopia**. São Paulo: Abril Cultural: Brasiliense, 1985.

COTRIM, Gilberto. **Fundamentos da filosofia**: história e grandes temas. 15ª edição – São Paulo: Saraiva, 2003.

CUNHA, Diana A. **As utopias na educação**: ensaio sobre a proposta de Paulo Freire. São Paulo: Paz e Terra, 1985.

DUTRA, Luiz Henrique de A. **Introdução à teoria da ciência**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1998.

FREIRE, Ana Maria Araújo ( org ). **A Pedagogia da Libertação em Paulo Freire**. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. São Paulo: Cortez, 1996

FREIRE, Paulo. **À sombra desta mangueira**. 2. ed. São Paulo: Olho d'Água, 1995.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 4 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FREIRE, Paulo. **Educação e atualidade brasileira**. São Paulo: Cortez, 2002.

FREIRE, Paulo. **Ética, Utopia e Educação**. Rio de Janeiro : Petrópolis, 2004.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança: Um reencontro com a Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação**. São Paulo: UNESP, 2000.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FREIRE, Paulo & FAUNDEZ, Antonio. **Por uma pedagogia da pergunta**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

FREIRE, Paulo & NOGUEIRA, Adriano. **Teoria e prática em educação popular**. Rio de Janeiro, Petrópolis: Vozes, 1989.

FURTER, Pierre. **Educação e reflexão**. 15ª ed. – Petrópolis: Vozes, 1985.

GADOTTI, Moacir. **Paulo Freire: uma biobibliografia**. São Paulo: Cortez, 1996.

GADOTTI, Moacir. **Convite à leitura de Paulo Freire**. 2. ed. São Paulo: Scipione, 2004.

MARX, Karl. **O Capital**. crítica da economia política. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MARX, Karl & ENGELS, Friederich. **Ideologia alemã**. São Paulo: Hucitec, 1991.

MESQUIDA, P. et WANDSCHEER, R. A Paidéia freireana: a utopia da formação como prática da liberdade. Artigo científico: ISBN 857292147-8; 2005 \_\_\_\_\_ . V EDUCARE. PUC/PR, Curitiba, 2007.

MUNSTER, Arno. **Ersnt Bloch**: filosofia da práxis e utopia concreta. São Paulo: Unesp Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.

SCHMIED-KOWARZIK, Wolfdietrich. **Pedagogia dialética**: de Aristóteles a Paulo Freire. São Paulo: brasiliense s.a, 1983.

SOUZA, Ana Inês. **Paulo Freire**: vida e obra. São Paulo: expressão popular, 2001.

STRECK, Danilo R. (org). **Ética, utopia e educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.